

## Eixo Capital



**PABLO GIOVANNI — INTERINO**  
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

## STF valida lei de pequeno valor no DF

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a Lei Distrital nº 6.618/2020, que estabelece 20 salários mínimos como valor máximo para que as obrigações decorrentes de condenações judiciais a serem pagas pelo Distrito Federal sejam consideradas de pequeno valor. Em março deste ano, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) havia declarado a lei inconstitucional.

A proposta foi aprovada pelos deputados distritais na Câmara Legislativa (CLDF) em 2020 e encaminhada para sanção do governador Ibaneis Rocha (MDB), que vetou a proposição alegando sua inconstitucionalidade. No entanto, o veto foi derrubado no plenário da CLDF, tornando a lei válida no Distrito Federal.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) recorreu ao TJDFT e obteve decisão favorável, sustentando que o projeto feria a competência entre os Poderes, já que deveria ter sido proposto pelo Executivo. A Mesa Diretora da CLDF, contudo, entendeu que o projeto era constitucional e levou o caso ao STF em abril.

Em seu voto, o ministro Flávio Dino destacou que o STF já havia deliberado sobre um tema semelhante em um projeto de lei do Rio Grande do Norte, afirmando que "não há reserva de iniciativa legislativa do chefe do Poder Executivo para dispor sobre a matéria". Dino ressaltou que o votando do TJDFT estava em desacordo com a orientação firmada pelo STF.

Na votação do Plenário Virtual, ocorrida entre 21 e 28 de junho, todos os ministros concordaram com a decisão de Dino, permitindo que a lei voltasse a vigorar.



Andressa Anhoite/SCO/STF

## Lucro milionário dos piratas

Um levantamento da Associação Nacional das Empresas de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (Anatrip) revelou que, em 2023, o transporte clandestino entre Planaltina e Brasília causou um prejuízo de R\$ 33,8 milhões às empresas de ônibus interestaduais. Os dados foram obtidos pela coluna.

Segundo a Anatrip, uma média de 2.000 carros e vans clandestinos realizou o trajeto no ano passado, transportando em média quadro passageiros por viagem. Com uma tarifa média de R\$ 9,86 por passageiro, isso totaliza aproximadamente 286.000 passageiros por mês, resultando em um prejuízo estimado de R\$ 33.839.530,00 ao ano para as empresas que operam de forma regular.

"A falta de fiscalização do transporte clandestino impacta os passageiros, pois leva ao aumento das passagens devido à ausência de receita que poderia ajudar na redução dos custos operacionais", informou a Anatrip.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



## Parlamentar levou calote de 123 Milhas

O deputado Joaquim Roriz Neto (PL) figura entre os milhares de clientes lesados pela empresa de viagens 123 Milhas. O nome do parlamentar consta em um processo contra a empresa, em andamento no Juizado Especial Cível e Criminal do Núcleo Bandeirante.

Roriz Neto havia reservado hospedagem por meio da 123 Milhas para uma viagem familiar planejada para dezembro do ano passado. Após relatos de que a empresa estava em falência, ele confirmou com o hotel que a reserva havia sido cancelada sem ser comunicado. Embora tenha solicitado reembolso, a empresa negou o pedido.

O deputado buscava reparação por danos materiais no valor do dobro do montante cobrado indevidamente (R\$ 3.045,87), além de compensação por danos morais no valor de R\$ 3 mil. O juiz Marcelo Tadeu, no entanto, não acolheu o pedido dos advogados do parlamentar, mas determinou que a empresa devolvesse o valor cobrado, corrigido monetariamente pelo INPC desde a data de ajuizamento da ação, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação.

## Audiências marcadas

O ex-delegado-chefe da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) Robson Cândido prestará interrogatório à Justiça por formato telepresencial. É o que definiu a Justiça, na quinta-feira passada. Além do ex-número 1 da polícia, as audiências de instrução e julgamento de policiais e agentes de segurança — marcadas para fevereiro do ano que vem — também serão na mesma modalidade.

Já as testemunhas que não sejam veiculadas às forças de segurança também poderão ser ouvidas por vídeo, caso não haja nenhum impedimento por parte do Ministério Público. Cândido é réu por sete crimes, sendo muitos deles supostamente usando a estrutura da polícia para vigiar a ex-namorada. O delegado Thiago Peralva também é réu no processo, por ajudar o chefe na empreitada.

## SLU tem novo presidente

O diretor-presidente do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), Sílvio Vieira, pediu demissão ao governador Ibaneis Rocha (MDB). Vieira, advogado e auditor, ocupava o cargo desde fevereiro de 2021, alegando motivos pessoais para sua saída.

Como substituto, Ibaneis nomeou Luiz Felipe Cardoso de Carvalho, engenheiro civil formado pela Universidade Gama Filho, com formação em Gerência Avançada de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Carvalho foi diretor financeiro e comercial do Metrô-DF no ano passado.



Metrô-DF/Divulgação

## Energia solar no MP

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) obteve uma redução significativa na conta de luz após a instalação de uma usina fotovoltaica no edifício próximo ao Park Shopping, no Guarã. No primeiro mês de operação, a conta de energia caiu de R\$ 24.916,00 para R\$ 4.045,00, gerando uma economia de R\$ 20 mil.

Uma segunda usina foi instalada no edifício do MPDFT na Asa Norte. O procurador-geral de Justiça, Georges Seigneur, destacou que além da economia de recursos públicos, a iniciativa fortalece o compromisso do MPDFT com a sustentabilidade, conforme os princípios do Pacto Global e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

"O Biden é que tem que avaliar. Se ele está bem, se achar que está em condições (em concorrer na eleição), ótimo. Se não, é melhor eles tomarem a decisão. Eu fico torcendo para o Biden. Deus queira que ele esteja bem de saúde, que possa concorrer"

Lula, presidente do Brasil

"Não satisfeito em fazer o dólar subir no Brasil, Lula resolveu se meter indevidamente na eleição norte-americana. Já não basta a lição na Argentina quando apoiou o adversário do Milei?"

Sérgio Moro, senador



SÓ PAPOS

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**REVITALIZAÇÃO /** Ministério da Cultura divulga ganhador da licitação para reformar um dos cartões-postais da cidade. "Abrimos uma consulta pública para que a sociedade civil pudesse contribuir com sugestões", destacou Leandro Grass, do Iphan

# Obras na Praça dos Três Poderes

» LETÍCIA GUEDES

A empresa vencedora do edital de licitação para elaborar o projeto de restauro da Praça dos Três Poderes foi divulgada, na edição de ontem, do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF). A LAND5 Arquitetura e Urbanismo ficará responsável pelo projeto arquitetônico de revitalização, que contemplará reforma do piso, acessibilidade, restauro de esculturas, iluminação e inclusão de câmeras de segurança, recuperação das fachadas do Museu da Cidade e da estrutura do Espaço Lucio Costa, além de impermeabilização e adequação do sistema de drenagem.

O edital para eleger a empresa responsável pelo projeto foi anunciado pelo Ministério da Cultura (MinC) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em abril deste ano. A praça foi um dos locais selecionados, em Brasília, para receber recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Seleções. O Ministério da Cultura divulgou que o investimento para a restauração é estimado em R\$ 993 mil e que as obras devem ser concluídas até março de 2025.

O presidente do Iphan, Leandro Grass, informou que dentro de 90 dias o projeto estará plenamente

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



## Pedras portuguesas soltas na praça causam riscos aos turistas que visitam o local

elaborado, indicando o que deverá ser executado e apontando todos os custos da obra. "Nós também abrimos uma consulta pública para que a sociedade civil pudesse contribuir com sugestões e ideias na elaboração do projeto, vários coletivos e entidades contribuíram. Agora, nós vamos compilar essas propostas, junto ao escritório da empresa vencedora, para avaliar a viabilidade de cada uma", detalhou.

A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do DF (SODF) informou que governo do Distrito

Federal (GDF) passará a atuar na revitalização somente após a finalização do projeto, quando escolherá a empresa responsável pela execução do serviço. Grass ressaltou que o fato de o Iphan ser o contratante do projeto, entrega segurança acerca do cumprimento dos critérios de preservação da Praça dos Três Poderes. "Quando a obra começar, nós acompanharemos de perto, justamente para garantir que o serviço reflita o que o projeto é, essa é uma questão extremamente importante. O

Iphan vai disponibilizar o projeto ao GDF, para que ele possa executar a obra", sinalizou.

A Rede Urbanidade, iniciativa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), e entidades parceiras utilizaram da consulta pública para apresentar à Superintendência do Iphan, na última quinta-feira, um documento com contribuições que visam a melhoria da acessibilidade e da mobilidade ativa na praça. O promotor de Justiça Dênio Augusto de Oliveira Moura, coordenador da Rede, explicou

que a iniciativa foi pensada após a publicação do edital. "Sem dúvida, a revitalização é uma medida extremamente necessária. Eu diria que essa é a praça mais importante do Brasil, uma vez que ali ficam os Três Poderes e, além de tudo, é um bem tombado", disse.

"A praça passou, de fato, por um período de abandono, inclusive com as pedras portuguesas se soltando e vários problemas de acessibilidade, então a gente aproveitou a oportunidade para tentar a adoção de medidas que tornem o local acessível e mais preocupado com pedestres, ciclistas e pessoas com deficiência, sem descaracterizar o espaço", detalhou o promotor.

Entre as propostas apresentadas pela Rede Urbanidade estão: interligação da Esplanada dos Ministérios à Praça dos Três Poderes, a partir das cicloviárias existentes no canteiro central do Eixo Monumental; instalação de bicicletários, paraciclistas e estações de bicicletas compartilhadas nas imediações; criação de condições de acessibilidade universal, com nivelamento do piso de pedra portuguesa; reforma de calçadas e implantação de piso tátil; semáforos sonoros; sinalização em braile; faixas de pedestres e locais para travessia de ciclistas; adequação da velocidade máxima na região para 30 km/h e realização de nova consulta/audiência pública após a elaboração do projeto.

José Carlos Coutinho, arquiteto e urbanista e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB), destacou que a Praça dos Três Poderes é um ponto nevrálgico de Brasília, que exige conservação. "Eu tomei conhecimento da iniciativa da Rede Urbanidade e achei ótimo a questão acessibilidade e mobilidade. Ali é um excelente lugar para ser acessado aos domingos. As bicicletas, os triciclos e viaturas leves, são boas formas de acesso, deixando o carro longe e aderindo maneiras mais leves e informais de transporte que, consequentemente, passam a fazer parte do atrativo", ressaltou.

## Reparos necessários

A professora Ana Paula Vidotto, 53 anos, saiu de São José do Rio Preto, no interior de São Paulo, com o marido Paulo Toledo, 54, também professor, e o filho Vitorio Vidotto, 17, com destino a Brasília. A Praça dos Três Poderes estava inclusa na rota turística, mas Ana se desentendeu ao chegar ao local. Contou à reportagem que a primeira coisa que percebeu foi sobre a falta de acessibilidade. "O calçamento está ruim, os degraus são muito altos e, outra coisa, a gente percebeu é que não tem lixeira, estamos com uma garrafinha de água, andando para cima e para baixo, procurando lixeira e não tem."